

A transmigração da Família Real de Portugal – 1807-08

*Kenneth H. Light**

Ilustração: Pintado por Geoff Hunt, R.S.M.A.

Por encomenda do Dr. Kenneth H. Light. Coleção particular

A viagem que vamos descrever foi mais uma decisão sábia do grande estadista D. João, a qual, apesar de complexa e perigosa, sob a sua liderança, resultou em êxito total. Tão sábia foi esta decisão, que a Família Real espanhola tentou copiá-la, porém sem sucesso. As conseqüências positivas para Portugal, Brasil e Inglaterra foram inúmeras. Apenas a França lamentaria.

Mesmo aceitando a importância dessa viagem, até recentemente poucos detalhes eram conhecidos e, mesmo assim, quase sempre descritos por quem se encontrava em terra. Inúmeras dúvidas permaneceram sem resposta. Por exemplo: o que causou a Família Real a se separar logo no início da viagem? Por que a Família Real aportou em Salvador, quando seu destino era o Rio de Janeiro? A falta de documentação impediu historiadores, nesses quase dois séculos, de responder essas e outras perguntas.

Esta apresentação tornou-se possível, pois reflete o conteúdo de uma nova fonte primária. Consiste na análise dos livros de quartos das naus britânicas que bloqueavam o Tejo, em novembro de 1807, e que acompanharam a Esquadra portuguesa na sua jornada; também nos relatórios dos capitães ingleses durante e ao término da viagem.

A perspectiva, portanto, muda por completo; agora temos informações sobre o que estava acontecendo no mar. Os registros escri-

tos enquanto velejavam são muito detalhados e precisos. Podemos confirmar algumas informações previamente conhecidas, desmentir outras e, através de muitos dados novos, reconstruir a jornada.

Em 1995, terminada a pesquisa e a interpretação dos livros de quartos, redigidos muitas vezes debaixo de tempestades em alto-mar e usando uma linguagem da época enriquecida pelo vocabulário peculiar da Royal Navy, publiquei uma transcrição destes livros, como também os relatórios de viagem do Capitão Walker, que comandou a *Bedford* até Salvador e depois ao Rio de Janeiro, e do Moore, capitão da *Marlborough* e comodoro do Esquadrão britânico. No ano que vem esperamos publicar, enriquecido por contribuições de eminentes historiadores portugueses, um relato destinado ao grande público.

* * *

Mesmo após a batalha de Trafalgar, em 1805, quando o Esquadrão britânico conseguiu dominar os mares e evitar a invasão da Inglaterra, Napoleão não desistiu. Com o Tratado de Berlim, de 1806, a França tentava vencer a Inglaterra por meio econômico, impondo o bloqueio continental. Portugal não aderiu ao bloqueio. Assim, em 1807, a França decidiu impor-se. Inicialmente pelos tratados de Tilsit e, mais tarde, de Fontainebleau, o caminho para ocupar Portu-

*O autor é sócio da British Historical Society of Portugal, sócio-correspondente do Instituto Histórico de Petrópolis, diretor da Sociedade de Amigos do Museu Imperial (Petrópolis) e diretor da Sociedade de Amigos do Palácio Rio Negro (Petrópolis).

gal, como Napoleão tinha feito em tantos outros países, estava aberto.

Em vista das possíveis conseqüências desta política, D. João iniciou a discussão sobre uma estratégia alternativa que, muitas vezes no passado, tinha sido examinada sempre que uma crise viesse a abalar o país – a transferência da Família Real, corte e capital para o outro lado



Detalhe da chegada da Família Real de Portugal
A nau *Príncipe Real* acaba de fundear
Ilustração: Geoff Hunt

do Atlântico, para o Brasil. Desta vez seria diferente. A estratégia não só seria amplamente debatida, mas também implementada!

Seríamos injustos com D. João se não mencionássemos as dificuldades que ele enfrentou na tentativa de alcançar as metas que tinha intimamente estabelecido. A sua equipe era composta de homens inteligentes, porém com idéias e atitudes muitas vezes conflitantes.

No seu próprio Conselho de Estado, existia a divisão entre francófilos, liderados por D.

Antônio de Araújo de Azevedo, e anglófilos, liderados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Sua sapiência possibilitou a extração daquilo que cada um tinha de melhor a oferecer, para o bem da nação.

Os ministros, em Paris (D. Lourenço José Xavier de Lima) e em Madri (D. Ayres José Maria de Saldanha Coutinho Mattos e Noronha, 2º Conde da Ega), pareciam ter-se deixado encantar por Napoleão, o que fez com que eles se tornassem muito mais um obstáculo do que um recurso. Mais tarde, ambos se deram mal (Justiça divina?). Para escapar dos seus credores franceses, D. Lourenço teve, com permissão do Príncipe Regente, procurar imunidade diplomática junto ao ministro em Londres, o Conde (futuro Duque) de Palmela. Enquanto o Conde da Ega foi, em 1811, condenado à morte e destituído de todos os seus bens e honrarias. Em 1823, a sentença foi revogada. Foi por essas e outras ações que D. João entrou para a história com o cognome de O Clemente.

Organizar uma viagem levando uma corte inteira para o outro lado do mundo e ainda sem transparecer o que estava acontecendo, não foi uma tarefa fácil nem pode ser realizada de um momento para outro. Existem fortes evidências que, em agosto de 1807, D. João raciocinou de que sua melhor opção seria a transferência da Família Real e corte para o Brasil. Os preparativos então começaram: mandou aprontar as naus *Afonso de Albuquerque*, *Medusa* e *Conde D. Henrique*, que se encontravam em Lisboa; ordenou ao Esquadrão, que se ocupava em proteger a frota mercante de piratas no Estreito de Gibraltar, a voltar ao Tejo. Iniciou negociações com a Grã-Bretanha que culminaram com o convênio que foi assinado em 22 de outubro. A nação que dominava os mares escoltaria a Esquadra portuguesa na sua jornada. Enviou ao Brasil, em 7 de setembro, o *Gavião*, um bergantim de 22 peças e tripulação de 118 homens comandado pelo Primeiro-te-

nente Desidério Manuel da Costa, com ordens ao vice-rei para suspender a partida de navios mercantes. E, finalmente, desenvolveu-se a discussão sobre o envio ao Brasil do filho, D. Pedro; provavelmente uma estratégia para despistar os preparativos.

Lorde Strangford, então com 28 anos, ministro interino na ausência do Ministro Plenipotenciário Lorde Robert Fitzgerald, reportou aos seus superiores após entrevista, em Mafra a 25 de setembro, "...todos os sentimentos de religião e dever proibiam-no de abandonar o seu povo até o último momento, e até que esforços tivessem sido feitos para salvá-los e para justificar-se perante Deus e o mundo; que em caso extremo ele tinha decidido retirar-se para seus domínios transatlânticos...".

Em Lisboa, com a retirada dos representantes da França e da Espanha, a pressão aumentou. Boatos que um Exército francês preparava-se para invadir Portugal forçou D. João, muito contra a sua vontade, a aprovar medidas contra os súditos britânicos. Strangford retirou as armas do prédio que ocupava e, na tarde de 18 de novembro, acompanhado por auxiliares e os arquivos, transferiu-se para a nau *London*.

Na Inglaterra, os termos do convênio assinado com Portugal começaram a ser implementados. Em 11 de novembro, um esquadrão, sob o comando do Contra-almirante de pavilhão azul *Sir Sidney Smith*, partiu da base de Plymouth.

Em 16 do mesmo mês, o esquadrão encontrava-se a postos, patrulhando a foz do Tejo. As notícias de Lorde Strangford, com evidências inequívocas de hostilidades, fizeram com que fosse declarado o bloqueio do Tejo. Todos os navios estrangeiros seriam revistados e aqueles de nacionalidade francesa ou espanhola, apreendidos.

Em Lisboa, o Cônsul-geral *Mr. Gambier* tentava liberar os prisioneiros de guerra britâ-

nicos. Em 21 de novembro, partiu num brigue português e juntou-se ao esquadrão. Desde o dia 9, o Príncipe Regente havia confirmado a nomeação, por Lorde Strangford, de John Bell para desempenhar as funções de "...agente para prisioneiros de guerra britânicos...".

No dia 22, chegou a nau *Plantagenet*, trazendo o jornal *Le Moniteur* de 11 de novembro enviado por D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, ministro junto à corte de S. James. As ameaças feitas por Napoleão, sobre o que aconteceria com a Família Real, quando lá chegasse, eram bem claras.

Na manhã do dia 24, quando os ventos da tempestade do dia anterior tinham diminuído, a corveta *Confiance*, Capitão James Yeo, largou para Lisboa a fim de entregar este importante documento.

Era o momento crítico esperado por D. João, pois com a fronteira terrestre invadida por exércitos da França e Espanha e a marítima sob bloqueio, suas alternativas encontravam-se exauridas. Tudo tinha sido feito – perante Deus, seus súditos e o mundo –, ninguém poderia acusá-lo de não ter, por todo o meio, tentado resguardar o seu país.

O Conselho de Estado presidido pelo Príncipe Regente se reuniu naquela mesma noite e tomou a decisão de partir para o Brasil. A Esquadra estava pronta para a viagem, faltando apenas embarcar os passageiros e colocar a bordo as carruagens, arquivos, cofres, pratas e mil e uma coisas. Em suma, tudo aquilo necessário para transferir e estabelecer a capital do reino no outro lado do Atlântico. Nem a França nem a Espanha suspeitavam do que estava acontecendo. Os planos, organizados sob a iniciativa de D. João, estavam a um passo de serem realizados.

À tarde do dia 27, a Família Real embarcou. Estava assim distribuída: na nau *Príncipe Real*, D. Maria I, D. João, infantes D. Pedro e D. Miguel e o Infante da Espanha D. Pedro

Carlos; na *Afonso de Albuquerque*, D. Carlota Joaquina, com suas filhas, infantas D. Maria Isabel Francisca, D. Maria d'Assunção, D. Ana de Jesus e D. Maria Tereza; na *Príncipe do Brasil*, a Princesa viúva D. Maria Francisca Benedita e a Infanta D. Maria Ana, ambas irmãs da rainha; e na *Rainha de Portugal*, as filhas de D. Carlota Joaquina, infantas D. Maria Francisca de Assis e D. Isabel Maria.

O embarque dos demais foi, compreensivelmente, muito tumultuado. Faltava a experiência de como embarcar milhares de pessoas; a grande maioria, provavelmente, pela primeira vez. O que levar, o que deixar – sem saber por quanto tempo estariam ausentes das suas casas ou mesmo se um dia voltariam. O medo do Exército que se aproximava, a angústia dos parentes que ficavam – tudo debaixo de uma chuva incessante.

A Esquadra velejaria lotada porque muitas pessoas importantes, como o Núncio Apostólico, Monsenhor Caleppi, não conseguiriam nem embarcar. Outros, como D. Pedro de Sousa Holstein, futuro Duque de Palmela, foram obrigados a voltar à terra, depois de embarcar.

Lorde Strangford, na véspera da partida, com muita dificuldade porque o vento começava a virar, entrou no Tejo e encontrou-se com D. Antonio de Araújo de Azevedo, a bordo da *Medusa*. O livro de quartos da corveta *Confiance* registra a sua volta a bordo às 8 horas da manhã.

Na noite do dia 28, o vento mudou de direção, de noroeste para sueste, permitindo a saída do Tejo. Na madrugada do dia 29, as naus começaram os preparativos finais para a viagem. A partida não poderia ser adiada porque apenas 18 horas depois Junot, comandante das tropas francesas, alcançaria Lisboa.

A *Medusa* e a *Martim de Freitas* lideraram a Esquadra para fora do rio, deliberadamente passando junto ao esquadrão russo fundeado próximo à entrada da barra, a fim de avaliar suas intenções e observar possíveis reações.

Depois foi a vez daquelas naus que transportavam membros da Família Real alcançarem aquele trecho do rio. A *Martim de Freitas* levava o prático do rio até a barra. Como não houve como retorná-lo, o mesmo viajou até o Brasil!

Caso o Almirante russo Siniavin soubesse que a sua pátria iria declarar guerra contra a Grã-Bretanha, em 2 de dezembro, a saída do Tejo da Esquadra portuguesa poderia ter sido bem diferente.

Ao atravessar a barra do Tejo naquela manhã, a Esquadra portuguesa encontrou-se com o Esquadrão britânico. Este esperava velejando em linha de batalha. Após ter recebido o sinal “preparar para batalha” da capitânia, as naus tinham sido transformadas em máquinas de guerra, com seus marinheiros e fuzileiros guarnecendo as peças, prontos para o combate. Sir Sidney não estava disposto a correr qualquer risco. Após um diálogo amistoso a bordo da *Príncipe Real*, a troca de salvas previamente negociada ocorreu às 16h30. A nau *Príncipe Real* não participou devido à enfermidade da rainha.

A jornada começou com a Esquadra velejando rumo ao noroeste, pois os ventos de tempestade do sueste não permitiam outra alternativa. Para abaixar o centro de gravidade, as peças mais altas dos mastros (mataréu, mataréu do joanete e vergas) foram desarmadas e amarradas no convés. Esse rumo era mais confortável e menos perigoso do que aproar as naus rumo à Ilha da Madeira e receber o mar de través; mesmo assim, ficaram submetidos à arfagem. A capitânia britânica *Hibernia*, ao anoitecer, registrou 56 velas à vista.

O vento forte que soprou em Lisboa fez historiadores escreverem do perigo e do mal-estar dos passageiros ao velejarem com um mar de través. Imaginavam que a Esquadra, naquele momento, velejava em direção ao Brasil. O rumo verdadeiro não poderia ser visto da terra!

Naquela ocasião, fuzileiros das naus *Hibernia*, *Marlborough* e *London*, transferidos para a

fragata *Solebaye* as corvetas *Confiance* e *Redwing*, tentavam sem sucesso, devido ao mau tempo, capturar o forte do Bugio.

Na terceira noite, com a mudança da direção do vento, foi possível alterar o rumo. Nas primeiras horas da tarde do dia seguinte, atravessaram a latitude de Lisboa navegando em direção à Ilha da Madeira. Eram 18 velas de guerra portuguesas, 13 britânicas e 26 mercantes.

Em 5 de dezembro, aproximadamente a meio caminho entre Lisboa e Funchal (Madeira), parte do Esquadrão britânico, após a salva da *Hibernia* respondida pela *Conde D. Henrique*, alterou rumo para voltar ao bloqueio de Lisboa. A Esquadra portuguesa seria escoltada até o Brasil por um esquadrão de quatro naus: *Marlborough*, *London*, *Bedford* e *Monarch*, sob o comando do Comodoro Graham Moore.

Lorde Strangford, que até então tinha acompanhado a Esquadra a bordo da *Hibernia*, adoentou-se e voltou a Londres. Lá alegou que a Família Real transferiu-se para o Brasil devido a sua influência. Mais tarde retratou esta versão dos eventos. Com o governo estabelecido no Rio de Janeiro, foi ministro plenipotenciário.

Exemplificando o grau de detalhes que hoje possuímos, podemos relatar que, naquele dia, a nau *Hibernia*, por ordens de *Sir Sidney*, transferiu a lancha do almirante para a *Príncipe Real*, e as seguintes provisões para a *Rainha de Portugal*: 13.440 libras de pão em 120 sacos, 1.136 peças, de oito libras cada, de carne de boi e 1.570 peças, de quatro libras cada, de carne de porco e 54 alqueires de ervilhas secas. A *Marlborough* embarcou 43 toneladas de água salgada para compensar a água e mantimentos consumidos desde a sua partida de Plymouth.

O bom tempo e os livros de quartos desmentem a história relatada por Boiteaux, Esparteiro e outros escritores que, antes da separação, o Capitão da *Príncipe Real*, Francisco do Canto de Castro e Mascarenhas, manobrou sua nau para que o mimo que *Sir Sidney* queria ofe-

recer a D. João fosse entregue por mão, de um lais de verga para outro.

No dia seguinte, a *London* recebeu 69 passageiros da nau *Príncipe Real*, outros (o livro de quartos não especifica o número) foram transferidos para a *Monarch*.

Capitão James Walker reportou ao Almirantado que a *Príncipe Real* velejava com 1.054 pessoas a bordo. Assim, caso a guarnição de 950 homens estivesse completa, o número de passageiros seria, então, de 104 pessoas.

Naquela noite, escoltado pelo brigue *Voador*, *London* pôs-se a caminho de Funchal, para lá fazer aguada.

Em 8 do mesmo mês, aproximadamente a 50 léguas ao norte da Madeira, com receio de aproximar-se, à noite, de um perigo conhecido como Oito Pedras, a Esquadra portuguesa atravessou. As naus *Marlborough* e *Monarch* também pararam.

À noite, a visibilidade era muito reduzida devido à chuva, assim mesmo as naus *Príncipe Real* e *Afonso de Albuquerque*, sem dar qualquer sinal, partiram com suas fragatas rumo noroeste. Novamente o vento soprava do sueste. O resultado foi que, na manhã seguinte, encontravam-se velejando escoteiro; a nau *Príncipe Real* com a fragata *Urânia*, *Afonso de Albuquerque* com a fragata *Minerva* e a *Bedford*. Ainda paradas no mesmo local estavam as naus *Rainha de Portugal*, *Conde D. Henrique*, *Marlborough* e *Monarch*.

Anteriormente, as demais naus tinham obtido permissão de D. João para seguir viagem independentemente para o Brasil.

Todos os comandantes agora tomaram a mesma decisão. Partiram para os encontros previamente combinados; sucessivamente, oeste da Madeira, ao largo da Ilha de Palma (Canárias), e Praia, na Ilha de S. Tiago (Cabo Verde).

Em 11 de dezembro, as naus *Príncipe Real* e *Afonso de Albuquerque*, que basicamente tinham seguido o mesmo rumo, reencontraram-se. Em 14 de dezembro, *Bedford*, após ter pas-

sado 36 horas ao largo da Ilha da Madeira e enquanto aguardava perto da Ilha de Ferro (Canárias), finalmente avistou-as e, no dia seguinte, pôde anotar que viajavam em conserva.

Em 21 de dezembro, D. João informou ao Capitão James Walker que tinha decidido ir, sem parar, para o Brasil. O andamento da Esquadra era razoável e não faltava água ou mantimentos. Naquela noite, a fragata *Minerva* fora enviada à S. Tiago para avisar os demais navios da decisão do Príncipe Regente.

As quatro naus, que tinham passado a noite paradas perto da Madeira, entraram para fazer aguada em S. Tiago em 24 de dezembro e lá encontraram a *Minerva*. A *London*, que tinha sido enviada para fazer aguada em Madeira, fundeou dois dias depois.

Em 27 de dezembro, de Cabo Verde, partiram com destino a Cabo Frio, distante 823 léguas. Tinham conhecimento que as naus, com a Família Real, velejavam num rumo paralelo ao leste. Assim, diariamente ao alvorecer, *Monarch* recebia sinal para deslocar-se para o horizonte no sueste. À noitinha, recebia sinal para voltar, evitando perder-se na escuridão.

Em 2 de janeiro de 1808, *Bedford* reportou que estava avistando três naus no horizonte. Um vento fraco e o fato de que era a única nau de escolta junto à Família Real impediam-na de investigar. Naquela noite, uma luz azul fora colocada no topo do seu mastro real. Esta foi a única ocasião, após 8 de dezembro, em que o acender de uma luz azul foi anotado. O livro de quartos da *Marlborough* registra, às 23h, a presença de uma luz azul no horizonte. Ao meio-dia, as tomadas de posição dessas duas naus mostram uma diferença de cinco minutos de latitude e um grau e cinco minutos de longitude. Devido aos fatos acima e às discordâncias normais na tomada de posição, podemos hoje ter a certeza de que as duas divisões da Esquadra, que viajavam independentemente, estavam à vista uma da outra e, por pouco, não se encontraram.

Caso tivesse ocorrido, como teria se desenvolvido a História? Será que D. João teria ido a Salvador onde assinou a abertura dos portos?

As naus com a Família Real a bordo, aproximando-se do equador, entraram numa área de calmarias. Levaram 10 dias para galgar 30 léguas (esta distância levaria 12 horas com um forte vento).

Hoje, nosso conhecimento das naus que empreenderam essa viagem é quase nulo. Não podemos imaginar, por exemplo, que o trabalho de trazer a bordo o ferro e guardar o seu cabo ocupava 383 homens. Desconhecemos também a qualidade das refeições, a medicina e a higiene a bordo, o tédio e o perigo.

O progresso lento – mesmo depois de ter ultrapassado esta área de calmarias, pois o vento soprava do sueste –, somado ao fato que a *Afonso de Albuquerque* era uma nau ronqueira, contribuiu para que D. João mudasse seus planos; já se encontravam há sete semanas no mar. Às 13h20 de 16 de janeiro, o cúter da *Bedford* deslocou-se até a *Príncipe Real* e recebeu ordens de alterar o rumo, pois a decisão tinha sido tomada de ir a Salvador.

Relatos anteriores de que esta decisão fora tomada por causa da escassez de mantimentos e água não prosseguem. Após o dia 5 de dezembro, não houve transferência entre as naus. Quando a *Bedford* fundeou em Salvador, restava no porão 75 toneladas de água. O carregamento completo, em Plymouth, tinha sido de 225 toneladas. O consumo diário era de duas toneladas.

Em 22 de janeiro de 1808, portanto após 55 dias no mar, finalmente fundearam em Salvador. A primeira etapa da viagem havia terminado. Alguns dias antes, em 17 de janeiro, a divisão da Esquadra que tinha velejado diretamente de S. Tiago, após aterrar em Cabo Frio (um exemplo da precisão possível na navegação desta época), entrou na Baía de Guanabara.

Aos poucos, todas as naus foram chegando: *Medusa*, bastante avariada, atracou no Re-

cife em 13 de janeiro; *D. João de Castro*, danificada e fazendo água, fundeou, no início daquele mês, na Enseada de Lucena (Paraíba); *Martim de Freitas*, após breve estadia em Salvador, arribou no Rio de Janeiro em 26 de janeiro; *Príncipe do Brasil* chegou no Rio de Janeiro em 13 de fevereiro, portanto um atraso de quatro semanas, pois teve que se dirigir primeiro à Inglaterra para reparos. Antes, porém, as irmãs da rainha foram transferidas para a nau *Rainha de Portugal*.

Enfim, embora severamente castigadas pelas sucessivas tormentas de inverno, que causaram avarias consideráveis, todas as naus chegaram ao seu destino. Isto reflete a qualidade dos oficiais e das guarnições, assim como do projeto e da construção dessas naus; fruto da experiência de vários séculos navegando regularmente através dos oceanos, em condições de tempo variadas.

A Família Real desembarcou em 23 de janeiro. A rainha seguiu no dia seguinte. No dia 30, o Príncipe Regente visitou a *Bedford*, examinando todas as partes da nau durante três horas. Enquanto permaneceram em Salvador, as naus preparavam-se para a segunda etapa da viagem: consertos, recebimento de mantimentos secos e salgados e animais vivos (*Bedford* matou seis bois e três porcos durante a viagem até o Rio de Janeiro).

D. João tinha plena confiança no Capitão James Walker. Enquanto esperavam em Salvador, mandou transferir para *Bedford*, nos dias 14, 15 e 17 de fevereiro, 84 cofres com tesouros, para serem transportados até o Rio de Janeiro.

Em 26 de fevereiro, às 10h30, a Esquadra composta pelas naus *Príncipe Real*, *Afonso de Albuquerque*, *Medusa* e *Bedford*, pela fragata *Urânia*, pelo brigue *Três-Corações*, pelo *Activo* e pelo *Imperador Adriano* (os dois últimos substituindo a *D. João de Castro*, que não tinha condições de prosseguir viagem sem primeiro submeter-se a grandes reparos) finalmente zarpou. Ao

meio-dia, tiveram de parar e esperar pela maré, mas logo depois estavam novamente a caminho e, pelas 16h, fora da baía e em mar aberto.

A viagem até o Rio de Janeiro foi tranqüila. Nas últimas duas noites pararam, por medida de segurança, pois velejavam perto da costa. Em 6 de março, entre descargas de chuva, o vigia da *Bedford*, às 13h15, finalmente avistou terra. Encontravam-se a cerca de oito léguas de Cabo Frio. No dia seguinte, entre salvas dos fortes e das embarcações, chegaram ao Rio de Janeiro.

Calculamos que a tripulação das esquadras naval e mercante deveria ter sido em torno de 7.500 homens, É impossível saber exatamente quantos foram os passageiros, pois não existe lista. Sabemos detalhes apenas sobre a nau *Príncipe Real*. No Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro, existe listas de passageiros de cinco navios mercantes – cada um levava entre 25 e 40 pessoas.

Assim calculamos que foram transportados entre 3.500 e 4.500 passageiros; um total, portanto, de 11 mil a 12 mil pessoas. O transtorno na cidade do Rio de Janeiro deve ter sido bem menor que anteriormente relatado – a tripulação da Esquadra naval continuaria a bordo, por receio de desertores, a chegada se estendeu durante um período de dois meses e muitos dos navios da frota mercante pertenciam a outras praças.

D. João ficara tão satisfeito com a atenção recebida da Marinha britânica que decidiu condecorar os principais oficiais. Um problema era o fato que todas as ordens militares eram também religiosas, portanto só poderiam ser conferidas a católicos.

Para contornar esse impasse, resolveu reviver uma ordem não-religiosa, a Ordem da Torre e Espada originalmente instituída por D. Afonso V, em 1459.

Em 4 de junho de 1808, aniversário do Rei Jorge III, Sir Sidney Smith recebeu a bordo da *London* a Família Real. Após os brindes habituais, o Príncipe Regente mandou que seu pavilhão, que fora içado a bordo da *London*, fosse trazido à sua

presença a fim de presenteá-lo a Sir Sidney. Em seguida ordenou-o esquatelar seu brasão com as armas de Portugal, para que os seus descendentes nunca esquecessem a gratidão da Família Real pelos serviços prestados nesta jornada.

* * *

Identificar como artistas registraram a viagem também fez parte da pesquisa.

Os resultados incluem: o embarque, no Cais de Belém – um quadro pintado por Nicolas Delerive, que se encontra no Museu Nacional dos Coches; alguns leques comemorativos com pequenas imagens mostrando a chegada no Rio de Janeiro.

O conhecimento detalhado e o vazio existente foram as principais razões que nos levaram a encomendar, do conhecido artista Geoff

estado do mar, assim como, também, a alegria irradiante expressa por todos ao ver e ter a Família Real tão perto, após essa longa e perigosa jornada.

Examinando de perto a pintura, podemos ver que:

No centro, a nau *Príncipe Real* com seus 104 passageiros e 950 tripulantes acaba de fundear; depois de entrar no vento, usando sua caranqueja. Quando D. João anunciou que só iria desembarcar no dia seguinte, nobres e outros partiram em pequenas embarcações para prestar suas homenagens aos ilustres passageiros.

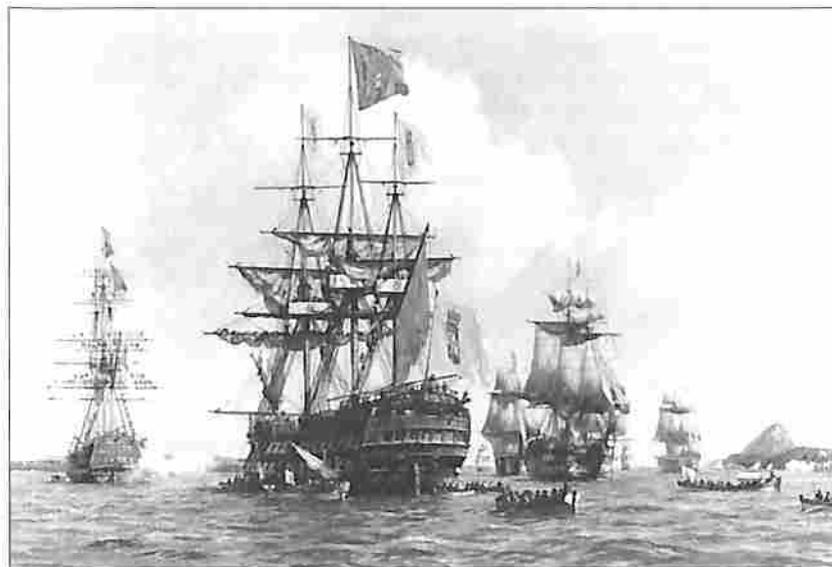
No lado esquerdo, a nau *Marlborough* que se encontrava na baía, disparou uma salva. Sua guarnição colocada nas vergas.

Do lado direito, pode-se observar a *Afonso de Albuquerque* que começa a ferrar suas velas em preparação para entrar no vento e fundear. Atrás, a *Medusa*, com o futuro Conde da Barca a bordo, e a fragata *Urânia*, que escoltou a *Príncipe Real* durante toda a viagem. Ao lado, *Bedford*, suas responsabilidades de escolta agora no seu fim. O forte de Villegagnon, que não mais existe, também salva.

No pano de fundo, a costa de Niterói, a entrada da baía e o Pão de Açúcar.

Portanto, agora temos uma visão do que foi a chegada no Rio de Janeiro, que até então não tínhamos.

Como muitas vezes acontece, o passar do tempo ilumina e esclarece. Os primeiros críticos, talvez por estarem próximos dos acontecimentos, interpretaram-nos de forma negativa; não enxergaram a grandeza e a coragem da decisão tomada por D. João, comprovada pelos eventos subsequentes. ☉



Detalhe da chegada da Família Real de Portugal – Ilustração: Geoff Hunt

Hunt RSMA, este quadro cuja fotografia está aqui em exposição.

Durante 18 meses, um estudo minucioso foi realizado com recomendações ao artista para refletir em sua obra mínimos detalhes, tais como a força e direção do vento, a luminosidade e o

Notas

- Arquivo Geral da Marinha, Lisboa
- Livro de Quartos da Fragata *Urânia*
- Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (Public Records Office): Cód. 730
- Museu Imperial, Petrópolis (Imperial Museum)
- Arquivo da Casa Imperial do Brasil – POB
- Public Records Office, Londres (Arquivo Nacional)
- F.O. Foreign Office (Ministério dos Negócios Estrangeiros); F.O. 63/55, F.O. 63/56, F.O. 63/58 e F.O. 94/163
- ADM. Admiralty (Almirantado); ADM. 4206, ADM. 1/19, ADM. 1/824, ADM. 1/2159 e ADM. 1/2704 Livros de quartos: ADM. 51/1700, ADM. 51/1659, ADM. 51/1758, ADM. 51/1882, ADM. 51/1966, ADM. 51/1734, ADM. 51/1765, ADM. 51/1780, ADM. 51/1730, ADM. 51/1857, ADM. 51/1854, ADM. 51/1879, ADM. 51/1790, ADM. 51/1715, ADM. 51/1763 e ADM. 51/1738
- National Maritime Museum, Greenwich (Museu Marítimo)
- SIG/B/38 David Lyons, Sailing Navy List, Londres, 1993. Navy List de 1807.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, João Ricardo Pires de, *D. João VI Rei de Portugal e dos Algarves e Imperador Titular do Brasil; elogio histórico*, Ed. Comemorativa, Rio de Janeiro: [s.n.], 1885.
- Annaes do Senado do Imperio do Brasil, Rio de Janeiro: T. 3, p. 99, Typographia Nacional, 1826.
- Anonymo, Observador Portuguez Histórico, e Politico de Lisboa desde o dia 27 de Novembro do anno de 1807 em que embarcou para o Brazil o Principe Regente Nosso Senhor e toda a real familia, por motivo da invasão dos Francezes neste Reino etc. etc. – Contém Todos os Editaes, Ordens publicas e particulares, Decretos, successos fataes e desconhecidos nas Histórias do mundo; todas as batalhas, roubos e usurpações até o dia 15 de setembro de 1808, em que foram expulsos, depois de batidos, os Francezes – Offerecido Ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, Grão Cruz das Ordens de Aviz e da Torre e Espada etc. etc., Lisboa: Impressão Regia, 1809.
- AZEVEDO, Joaquim José de, *Exposição analytica e justificativa da conducta, e vida publica do Visconde do Rio São desde o dia 25 de Novembro de 1807 até o dia 15 de setembro de 1821*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.
- AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de, *No tempo do Rei; conto histórico*, Rio de Janeiro: Azevedo, 1899.
- BARROW, John, *The Life and Correspondence of Admiral Sir William Sidney Smith G. C. B.*, Londres: Richard Bentley, 1848. 2 v.
- BECKFORD, William, *A Côte da Rainha D. Maria I*, Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1901.
- . *Recollections of an Excursion to Alcobaca and Batalha*, Paris: Societe des Editions Les belles Lettres, 1956.
- . *The Journal of William Beckford in Portugal and Spain 1787-1788*, Londres, Edited by Alexander Boyd, 1954.
- BEIRÃO, Caetano, *História Breve de Portugal*, Lisboa: Editorial Verbo, 1941.
- BELLEGARDE, Henrique Luiz Niemeyer, *Resumo da História do Brasil*, Rio de Janeiro: 3. ed. Corrigida e aumentada, Typografia de J. E. S. Cabral, 1845.
- BRANDÃO, Raul, *El-Rei Junot*, Lisboa: Monteiro & Cia., 1912.
- CASTRO, José Ferreira Borges de, *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até ao presente*, compil. e anotado, Lisboa: Imprensa Nacional, 1856-1858. 8 v.
- CALMON, Pedro, *O Rei do Brasil D. João VI*, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1935.
- . *História Naval Brasileira – A Abertura dos Portos*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, v. 2, parte I, 1979. 16 v.
- CANCIO, Henrique, *D. João VI*, Bahia: Diário da Bahia, 1909.
- CHAGAS, Manoel Pinheiro, *Diccionario Popular*, Lisboa: Lallement Frères, typ., 1876-90. 16 v.

- CHAMBERS, J. W., *Lisbon in Wartime*, The British Historical Society of Portugal 11th Annual Report, Lisboa: 1984.
- CHEKE, Marcus, *Carlota Joaquina (A Rainha Intrigante)*, Trad. Gulmara Lobato de Moraes Pereira, São Paulo: J. Olympio, 1949.
- Collecção das Leis do Brazil de 1808, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.
- CONSTANCIO, Francisco Solano, *História do Brasil desde o seu descobrimento por Pedro Alvares Cabral até a abdicação do Imperador D. Pedro I*, Paris: Livraria Portuguesa, 1939.
- DÉNIS, Ferdinand, *Résumé de l'Histoire du Brésil*, Paris: 2. Ed., Lecointe et Durey, 1825.
- DURANT, Will and Ariel, *The Story of Civilization*, Nova York: Simon and Schuster, 1975. 11 v.
- ESPARTEIRO, António Marques, *História Naval Brasileira – A Viagem*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, v. 2, p. I, 1979. 16 v.
- FAZENDA, José Vieira, "Antiquilhas e memórias: Trasladação da Família Real", Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. 93, v. 147, p. 531-535, 1923.
- . "Chegada da Família Real", Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. 88, v. 142, p. 38-44, 1940.
- FREIRE, Anselmo Braacamp, *Brasões da Sala de Cintra*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921-30. 3 v.
- GRAHAM, Maria, *Journal of a Voyage to Brazil and Residence There during part of the Years 1821, 1822, 1823*, Londres: Longman Hurst, 1824.
- HORWARD, Donald D., "Portugal and the Anglo-Russian Naval Crisis (1808)", Rhode Island: *Naval War College Review*, Naval War College, 1981.
- JACKSON, Sir William G. F., *The Rock of the Gibraltarians*, Londres: 2. ed., Ashford, Buchan & Enright, 1990.
- JUNOT, Laure Saint-Martin, duchesse d'Abrantès, *At the Court of Napoleon, Memoirs of the Duchesse d'Abrantès*, Londres: Windrush Press, 1991.
- KING, Dean, *A Sea of Words*, Nova York: Henry Holt and Company, 1995.
- LIGHT, Kenneth H., *The Migration of the Royal Family of Portugal to Brazil 1807/08*; Log Books of H.M. Ships before the Tagus in November 1807 and of those that took part in the Voyage to Brazil, together with Reports and Letters from Captain James Walker of H.M.S. Bedford, who escorted the Queen and the Prince Regent to Bahia, and Commodore Graham Moore of H.M.S. Marlborough, who escorted the Portuguese Fleet to Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Private printing by Kenneth H. Light, 1995.
- LIMA, J. L. de Abreu, *Compêndio da Historia do Brasil*, Rio de Janeiro: Laemmert, 1843.
- LIMA, José Ignacio de Abreu de, *Synopsis ou Dedução Chronologica dos fatos mais notaveis da historia do Brasil*, Pernambuco: Typ. De M. F. de Faria, 1845.
- LIMA, Manuel de Oliveira, *Dom João VI no Brazil 1808-1821*, Rio de Janeiro: Typ. do *Jornal do Commercio*, 1908.
- LONGFORD, Elizabeth, Wellington, *The Years of the Sword*, Londres: Weiderfeld & Nicholson, 1969.
- MACAULAY, Neill, *Dom Pedro I a Luta pela a Liberdade no Brasil e em Portugal 1798-1834*, Trad. André Villalobos, Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MACEDO, Joaquim Manoel de, *Lições de historia do Brasil para uso dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro Segundo*, Rio de Janeiro: Domingos José Gomes Brandão, 1863.
- MANCHESTER, Alan K., "A Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro", Trad. A. J. Lacombe, Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 277, p. 3-44, 1968.
- MADÉLIN, Louis, *Histoire du Consolat et de l'Empire - L'Affaire d'Espagne 1807-09*, Paris: v. VII, Hachette 1958. 16 v.
- MARTINS, Enéas Filho, *Conselho de Estado Português e a Transmigração da Família Real em 1807*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa: 9. ed., Parceria Antonio Maria Pereira, 1991.
- MORAES, Alexandre José de Mello, *Chorographia Histórica*, Rio de Janeiro: T. I, Typ. De Pinheiro & Comp., 1866. 2v.
- . *A Independencia e o Imperio do Brasil*, Rio de Janeiro: Typ. do Globo, 1877.
- . *História da Trasladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807-1808*, Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial de E. Dupont Ed., 1872.
- MONTEIRO, Tobias, *História do Império A Elaboração da Independência*, Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1927. 2 v.

- NAPIER, W. E., *History of the War in the Peninsula*, Londres: Constable, 1828. 4 v.
- NAVYRECORDS SOCIETY, *The Letters of Sir William Sidney Smith The Navy and South America 1807-1823*, Londres: Ed. Gerald S. Graham & R. A. Humphreys, 1962.
- NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto: Edições Afrontamento, 1984. 5 v.
- NORONHA, Eduardo de, *Pina Manique O Intendente de Antes Quebrar...*, Porto: Livraria Civilização – Editora, 1940.
- O'NEIL, Lieutenant Count Thomas, *A Concise and Accurate Account of the Proceedings of the Squadron under the Command of Rear Admiral Sir Sydney Smith K.S. &c. in Effecting the Escape of the Royal Family of Portugal to the Brazils, on November 29, 1807; and also the Sufferings of the Royal Fugitives, &c. during their Voyage from Lisbon to Rio Janeiro: with a variety of other Interesting and Authentic Facts*, Londres: J. Barfield, 1810.
- PEREIRA, Angelo, *D. João VI Príncipe e Rei; A Retirada da família real para o Brasil 1807*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953.
- . *Os filhos D'El Rei D. João VI*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946.
- . *As Senhoras Infantas Filhas de El-Rei D. João VI*, Lisboa: Editorial Labor, 1938.
- PINHEIRO, José Pedro Xavier, *Epítome da história do Brasil desde o seu descobrimento*, Rio de Janeiro: 3. ed., Typographia Universal de Laemmert, 1864.
- PINTO, Albano da Silveira, *Resênha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Lisboa: Arthur da Silva, 1883. 2 v.
- PORTELA, Joaquim Pires Machado, "Chegada da Família Real Portuguesa à Província da Bahia em Janeiro 1808", Rio de Janeiro: T. 45, v. 65, p. 5-11, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1882.
- RANGEL, Alberto, *Inventário dos documentos do arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo d'Eu*, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1939. 2 v.
- . *Os Dois Ingleses Strangford e Stuart*, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Arquivo Nacional, 1972.
- ROSSI, Camilo Luis de, *Memória sobre a evasão do Núncio Apostólico Monsenhor Caleppi, da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro*. Trad. Dr. Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, do Arquivo Secreto do Vaticano N.º 143: A. Portogallo, Rio de Janeiro: v. LXI, Anais da Biblioteca Nacional, 1939.
- RUSSEL, Edward Frederick Langley, *Knight of the Sword (Sir W. S. Smith)*, Londres: Victor Gollancz, 1964.
- SÁ, José D'Almeida Corrêa de, *D. João VI e a Independência do Brasil*, Lisboa: [Artes Gráficas], 1937.
- SANTOS, Luiz Gonçalves dos, *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil*, São Paulo: Editora Itatiaia da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte, 1981. 2 v.
- SCHOM, Alan, *Trafalgar, Countdown to Battle*, Londres: Penguin, 1990.
- SILVA, J. M. Pereira da, *História da Fundação do Imperio Brasileiro*, Rio de Janeiro: Garnier, 1864. 7 v.
- SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil*, Lisboa: v. II, Imprensa Nacional, 1866-93. 15 v.
- SOUSA, Octávio Tarquino de, *A Vida de D. Pedro I*, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1952. 3 v.
- SOUZA, Antonio Caetano de, *Memórias dos Grandes de Portugal*, Lisboa: Sylviana, 1754.
- TAVARES, Adérito e PINTO, José dos Santos, *Pina Manique Um Homem Entre Duas Épocas*, Lisboa: Casa Pia de Lisboa, 1990.
- THE NATIONAL DICTIONARY OF BIOGRAPHY, Londres: p. 800, [n. p.], 1903.
- THIERS, Louis-Adollphe, *Histoire du Consulat et de l'Empire*, Paris: [n. p.], 1846-52. 8 v.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de, *História Geral do Brasil*, São Paulo: 3. ed., Melhoramentos, 1927-36. 5 v.
- VIDAL, Frederick Gavazzo Perry, *Genealogias reaes portuguesas; descendencia de S. M. El-Rei o Senhor Dom João VI*, Lisboa: Guimarães & Cia, 1923.
- ZÜQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960. 3 v.

Por que Clausewitz é considerado um filósofo da guerra?

*Leonardo Ramalho Rodrigues Alves**

RESUMO

Este ensaio se propõe a identificar as influências filosóficas na obra de Clausewitz. Pretende pôr em relevo o “filósofo da guerra”, pois esta é a face que o torna perene e inigualável. Compara Clausewitz com figuras proeminentes das principais correntes filosóficas dos séculos XVIII e XIX, destacando, subliminarmente, a flagrante influência do racionalismo e do idealismo alemão. Conclui constatando que conceitos como “guerra absoluta”, “guerra real”, “unidade entre política e guerra” e a introdução de fatores subjetivos na análise da guerra são derivados da filosofia.

PALAVRAS-CHAVE

Clausewitz, guerra, filosofia.

Considerações preliminares

“É uma filosofia (a obra de Clausewitz) e não um manual básico de instrução militar.”

(Roger Ashley Leonard – p. 6)

A identificação de uma base filosófica na obra de Clausewitz (1780-1831) é uma tarefa árdua, porém gratificante. Como não há caminhos, é mister a seleção de base segura para a expedição intelectual a realizar. Neste desiderato, buscou-se amparo no profícuo e dinâmico período do pensamento filosófico, balizado pela publicação de *Meditações Metafísicas* (1641), de Descartes (1596-1650), do clássico *A Ética*, de Espinosa (1637-1677) e, finalmente, em *Crítica da Razão Pura*, de Immanuel Kant (1724-1804).

As incursões na filosofia são literalmente penosas, pois se trata de área do conhecimento tão ampla, quanto diversificada, exigindo es-

forço intensivo e metódico para ser apreendida. As abordagens subjetivas e teóricas da filosofia, particularmente as de natureza metafísica, são dificuldades permanentes, pois, com frequência, não se verifica unidade entre os conceitos mais importantes.

Da Guerra (Vom Kriege), a obra magna de Clausewitz (1780-1831), apareceu pela primeira vez em 1832, um ano após a morte do autor. Pela primeira vez, surge na literatura ocidental obra com metodologia peculiar, empregando nomenclatura própria da lógica, bem como incluindo conceitos correntes na Metafísica, tudo com o objetivo de se estabelecer uma superestrutura capaz de sustentar cientificamente o conhecimento militar.

É a imbricação entre filosofia e guerra que torna a obra de Clausewitz única e universal, sendo de fato “o primeiro estudo da guerra que trata efetivamente dos fundamentos do tema”, no dizer de abalizado estudioso de Clausewitz.

A metodologia de Clausewitz, que encarna traços de historiador e filósofo, é dedutiva e ex-

* O autor é Tenente-coronel de Cavalaria e de Estado-Maior.

perimental, dado que, segundo ele, a “filosofia e a experiência afixavam-se reciprocamente”. Digase de passagem que esse encadeamento de deduções com base na prática militar de Clausewitz é a característica mais marcante de *Da Guerra* e que o torna um livro marcadamente filosófico.

Quanto ao conteúdo, Clausewitz rejeita cabalmente a teoria mecanicista da guerra, presente nos trabalhos de Jomini (1779-1869), Von Bulow (1757-1807) e Von Berenhorst (1733-1814), prevaletes no Iluminismo, e largamente influenciada pelas idéias de Descartes, Hobbes e Leibniz.

O prussiano, então, fundamenta a teoria da guerra na análise crítica da História, tanto quanto absorve definições metafísicas hauridas, provavelmente, no conhecimento da obra de Kant. Sim, porque Clausewitz é contemporâneo deste, e ninguém, particularmente na Alemanha, que escrevesse sobre filosofia poderia ficar imune ao pensamento kantiano.

A propósito, na introdução de Rogers Ashley Leonard a *Clausewitz – trechos de sua obra* (1967), a tese é reforçada quando ele assegura que o pensador prussiano viveu em época que a filosofia predominava não só nas universidades como nas salas de visita da Alemanha.

Dessa forma, revelando o caráter filosófico da obra, pela primeira vez são empregados conceitos como “coisa em si mesma” (*Ding-an-sich*), natureza dual, totalidade, realidade da guerra, polaridade etc. É relevante salientar que o capítulo I de *Da Guerra* denomina-se “A Natureza da Guerra”, bem como se inicia com a indagação eminentemente filosófica: O que é a guerra? Ora, isto assinala a possível natureza ontológica da obra clausewitziana.

Aqui cabe breve digressão. Filósofos, ao longo do tempo, se posicionaram sobre a natureza da guerra, influenciando militares e políticos. Como exemplo menciona-se a existência de um “triângulo” de discordância e admiração entre Frederico, o Grande (1712-1786), Leibniz (1646-1716), de um lado, e Voltaire (1694-

1778), de outro. É, praticamente, a geração anterior de Clausewitz e Kant. Em *Cândido* e o *Otimismo* (1750), está clara a convivência entre eles, expressando Voltaire, em viés estupendamente irônico, seu antimilitarismo, encarnado por Frederico, e suas posições contrárias ao determinismo e ao mecanicismo, esposado por Leibniz.

Retomando Clausewitz, a ruptura deste com o modelo mecanicista da guerra, particularmente presente em Von Bulow, que concebera uma teoria da guerra como uma espécie de matemática aplicada, deu-se com o entendimento de que era necessário um método confiável para estudar a arte da guerra e elaborar uma teoria militar “que fosse intelectualmente sustentável”.

Isso significou eliminar as contingências e identificar os fundamentos, princípios e a dinâmica mais permanente da guerra, ou seja, entender a essência e a realidade da guerra. Para tanto, quais seriam, à época, os caminhos possíveis e disponíveis ao prussiano para que ele elaborasse sua teoria?

Guerras: Grandes concepções

“Devemos procurar a integridade ou o poder? É melhor ser bom ou forte?”

(Questionamento dos sofistas a Platão)

Para se situar, de modo amplo, no contexto das principais correntes filosóficas à época de Clausewitz – idealismo, racionalismo e empirismo –, faz-se mister entender os pressupostos básicos de cada uma delas.

O termo idealismo data do século XVII e tem como ponto de partida as reflexões sobre o “eu”. Derivações importantes foram estabelecidas por Kant, segundo o qual a realidade somente pode ser sentida por intermédio de estruturas preexistentes na mente humana. Grosso modo, isto significa que nada existe fora do sujeito (do eu) que percebe.

Opõe-se a esta concepção o empirismo que enfatiza o papel da experiência sensível no pro-

cesso do conhecimento, tendo os ingleses Roger Bacon, John Locke e David Hume como figuras de proa. Para estes, nada existe na nossa mente que já não esteja presente na natureza.

Já o racionalismo, signo dominante da filosofia setecentista, significa que a razão é a única via de compreensão e a norma exclusiva da ação, identificada com a inteligibilidade e com as noções de causa e de lei, tanto na ordem do pensamento como na ordem das coisas. São racionalistas Descartes, Espinosa e Leibniz. Desse modo, muito resumidamente, para os primeiros, o conhecimento deriva da razão, para os empíricos, só começa após a experiência sensível.

Clausewitz é contemporâneo de uma filosofia sobremodo envolvida em questões metodológicas para obtenção do conhecimento, pós-revolução francesa e influenciada pela Renascença. Portanto, diante desta efervescência intelectual, quais são as influências em *Da Guerra*?

Descartando-se, por conhecimento *a priori*, o empirismo, há a necessidade de particularizar mais os demais sistemas filosóficos, para que se possa ajuizar algo sobre o pensamento do prussiano.

Espinosa e Clausewitz: as questões do método de exposição das idéias aproximam os dois pensadores

“Ao contrário do que pensamos durante muito tempo, foi afinal Espinosa quem triunfou, não apenas dos teólogos, não apenas de Descartes, mas também de Kant.”

(Henri Atlan – extraído de Ética; Introdução de Joaquim Carvalho)

Em Espinosa, a fé na razão é levada ao paroxismo, o que o levou a gerar a magnífica estrutura de *Ética*, cujo conteúdo é apresentado como um tratado de geometria e lógica, com uma seqüência de deduções com base em definições, axiomas, proposições e demonstrações. O racionalismo de Espinosa é tão acentuado que ele concebeu matéria e espírito como a mes-

ma coisa, denominando-os indistintamente natureza ou Deus ou substância.

Para os racionalistas, a razão é demonstrativa, destarte, a ordem e o método ganham relevo na forma de expor dos seguidores desse sistema. É possível identificar esta tendência no clássico de Clausewitz. Embora, a bem da clareza, acrescente-se que muito provavelmente o prussiano desconhecia a obra do filósofo judeu ao escrever *Da Guerra*. Portanto, se sofreu alguma influência, ela foi indireta.

Então, a vista disso, em que pontos os pensamentos de ambos são concorrentes?

Primeiramente, ambos comungam o entendimento de que a razão é “a negação da contingência ou, por outras palavras, pelo pressuposto de que tudo o que existe e ocorre, existe e ocorre, necessariamente, como ordenação imaneente às próprias idéias, seres e eventos”. Isto para Clausewitz significa que a função de uma teoria sobre a guerra era a de fazer com que a evidência empírica, ou a realidade histórica, se sujeitasse ao exame e à reflexão da razão.

Em segundo lugar, assemelham-se na forma de exposição das idéias. Em *Da Guerra*, percebe-se sem esforço o modelo filosófico *more geometrico*. Ou seja, parte-se da definição da guerra, e, por dedução, descortinam-se princípios, fundamentos, juízos e modos da guerra.

Dessa forma, à semelhança de uma tábua de definições, Clausewitz apresenta suas primeiras definições:

I. A guerra nada mais é que um duelo em grande escala.

II. Violência é força física.

III. A guerra é um ato de violência que visa compelir o adversário a submeter-se à nossa vontade.

Na seqüência, oferece por demonstração axiomas sobre a guerra. Observe-se.

I. A guerra nunca é um ato isolado.

II. A guerra não consiste de um único golpe instantâneo.

III. O resultado da guerra nunca é absoluto.

IV. A guerra é um jogo, tanto objetiva como subjetivamente.

V. A guerra é sempre séria.

VI. A guerra é uma simples continuação da política por outros meios.

Encontram-se referências na obra de Julian Líder, *Da Natureza da Guerra* (1977), de que o autor prussiano pretendia escrever toda a obra em capítulos curtos, sob a forma de aforismos, o que mais uma vez reforça a semelhança no modo de expor entre Clausewitz e Espinosa.

Finalmente, e sobre isto pairam dúvidas, seria possível interpretar conceitualmente Clausewitz a partir de Espinosa?

Sim, mas somente parcialmente. Por exemplo, o conceito de “monismo” de Espinosa, dito por estudiosos, colhido em Giordano Bruno, pode ter inspirado Clausewitz na conclusão sobre a unidade e a subordinação da guerra à política, ponto culminante da filosofia do prussiano.

É clara, em toda a extensão de *Da Guerra*, a unidade de guerra e política, pois, para o prussiano, “guerra é apenas uma parte do intercurso político, não vindo a constituir em absoluto uma atividade independente”, arrematando logo a seguir que, sem a subordinação à política, “a guerra é uma insensatez sem nenhuma finalidade”.

Além disso, as abordagens de Clausewitz sobre a realidade da guerra, modalidade e polaridade, podem ser interpretadas à luz de Espinosa. Como?

Para Espinosa, modo ou modalidade tem o sentido de acidente, de particularidade e de individualidade, qualquer forma ou formato que a realidade assuma transitoriamente.

No filósofo da guerra, poderíamos, sem esforço, identificar esta percepção nas formulações sobre defesa e ataque, segundo ele as duas principais, literalmente, modalidades da guerra. Assim, defesa e ataque são “acidentais”, de vez que forçosamente limitados no tempo e no espaço; “particulares ou individualizados”, porque a primeira se caracteriza por expectati-

va e preservação, enquanto a segunda por indivisibilidade e imutabilidade.

Então, parece claro que alguns conceitos de Clausewitz podem ser cotejados sob a ótica de Espinosa. Ele, ao perseguir o intento de adotar postura científica, ampara-se em conceitos metafísicos vigentes e amplamente discutidos, embora não consensuais. Naturalmente, isto não abala a grandeza de *Da Guerra*, ao contrário, valida-lhe a feição filosófica e especulativa bem como revela a erudição do autor.

Kant e Clausewitz: estética, moralidade e lógica para guerra

“... o homem deseja a concórdia; mas a natureza é quem sabe o que é bom para a espécie; e ela deseja a discórdia, a fim de que o homem possa ser impelido a um novo emprego de seus poderes e a um maior desenvolvimento de suas capacidades futuras.”

(Immanuel Kant in *Crítica da Razão Pura* p. 269)

É sobremodo razoável sustentar a tese de que Clausewitz e o clássico *Da Guerra* sofreram influência de concepções do idealismo alemão (século XIX) e, como decorrência, refletem particularidades do sistema de pensamento de Immanuel Kant, sobremaneira influente em todo aquele século.

Assim, sendo provável identificar traços do pensamento genial de Kant em *Da Guerra*, pode-se conceber uma estética, uma moralidade e uma lógica para a guerra?

Sim, isso é assaz consistente. Eis o porquê.

Antes, cabe o registro da enunciação dos conceitos adrede sob a ótica kantiana, expressos na colossal obra *Crítica da Razão Pura*. Estética é a “coordenação das sensações, aplicando-se as formas da percepção (tempo, espaço e causalidade)”, enquanto lógica “é a coordenação das percepções, aplicando as formas da concepção (causalidade, semelhança, oposição etc)”.

A moral kantiana “é um depósito social no indivíduo, sendo a satisfação da consciência ad-

quirida, embora a vaga disposição para o comportamento social seja inata”. Nisto se identificando plenamente o humanismo alemão e as influências das teorias evolucionistas, embora haja substanciais discordâncias quanto ao caráter inato da moral. Não nos ateremos a estes conflitos, o importante é caracterizar o genial pensador como um filósofo da moral.

Bem, onde se podem identificar elementos da estética kantiana em *Da Guerra*? Na violência, ou absorvendo diretamente da obra do prussiano: “A solução sangrenta da crise, o esforço para a destruição da força inimiga, é o filho primogênito da guerra.”

Sim, não há como desconsiderar a existência dela em todos os tempos e quadrantes geográficos, nas guerras dos clãs, das tribos e entre estados, nas guerras antigas, modernas ou contemporâneas. Enfim, não importa o predicado empregado para o fenômeno que chamamos guerra, este juízo, de que guerra é violência em grande escala, é universal e categórico. E assim o é, principalmente, porque está abrigado pelo senso comum e pela História.

Da mesma forma, pode-se identificar elementos da lógica kantiana em *Da Guerra*? Sim, inclusive com maior facilidade, é crível estabelecer uma relação consistente entre o conceito kantiano de “coisa em si mesma” com a “guerra absoluta” de Clausewitz.

A propósito, considere-se que se está diante da mais explícita e direta influência do primeiro em relação ao filósofo da guerra.

“Guerra absoluta”, para Clausewitz, é “um conflito de forças entregue a elas próprias e obedecendo a nenhuma outra exceto a suas leis internas”. E, para Kant, o que é “a coisa em si mesma”?

Na metafísica, “terreno de disputas infundáveis”, entende-se como aquilo que é pensado independente de qualquer experiência. Significa também, retomando Espinosa, aquilo cuja essência envolve a existência ou, por outras palavras, aquilo cuja natureza não pode ser concebida se

não como existente. Dessa forma, “a coisa em si mesma” é algo *a priori*, portanto, indemonstrável.

É temerária qualquer conclusão no campo da filosofia, mas pode-se entender o conceito “guerra absoluta” como algo em que a violência é o princípio, o meio e o fim. Somente neste contexto pode-se compreender a tendência lógica ao extremo ou a violência levada ao paroxismo, a qual ocorreria decorrente de três situações:

- a busca de destruição recíproca (o primeiro extremo);
- a ação ininterrupta em busca da eliminação do oponente (o segundo extremo);
- para atender aos primeiros dois extremos, máximo emprego de meios e de força de vontade (o terceiro extremo).

Dessa forma, identificou-se, superficialmente, é verdade, uma estética da guerra – a violência – e uma lógica da guerra – a tendência ao extremo, tudo sob a perspectiva da filosofia kantiana. Percebem-se outras similaridades, capazes de, *per se*, sustentarem longa tese, mas que não é o propósito neste momento.

Para arrematar, é válida a incursão na concepção de “trindade paradoxal”, identificada por estudiosos de Clausewitz e constituída por violência, acaso, probabilidade e subordinação da guerra à política. Já se teceram comentários sobre o primeiro e o último, relacionando-os, respectivamente, com os conceitos da estética e da lógica.

Acaso e probabilidade são manejados por coragem e talento, sendo, portanto, dependentes dos atributos pessoais do comandante e da qualidade das forças em duelo. Aqui, Clausewitz introduz a subjetividade na análise da guerra, traduzida na genialidade e na presença de forças morais (coragem, resistência, persistência etc) a intervirem no “grande duelo”.

Bem, a inclusão e a valorização da subjetividade consiste no ponto capital da filosofia da guerra de Clausewitz, pois a singulariza entre os escritores militares contemporâneos ao prussiano. Por outro lado, Clausewitz é francamente criticado por

suposta apologia à destruição, abstendo-se sobre a discussão sobre validade ou justificação ou moralidade da guerra. É verdade. Ele não se atém como Kant a buscar, à luz da razão, soluções para questões como: O que devemos saber? Que devo fazer? Que me é permitido esperar?

No entanto, isto também não significa que Clausewitz é um apóstolo da violência pela violência ou, ainda, a violência como norma moral para a guerra. Entende-se que, para Clausewitz, a moral na guerra é ser corajoso, ser persistente, ser resistente. Assim sendo, é uma moral intrínseca e individual.

De mais a mais, defenda-se Clausewitz. Se houvesse analisado a guerra em toda a amplitude como “fenômeno total”, a obra *Da Guerra* poderia ter as mais de quinhentas páginas de *Crítica da Razão Pura*, a obra magna de Kant, e possivelmente não seria tão lida pelo público militar, ao qual se destinava primordialmente, dado que este é, por natureza, mais cartesiano que kantiano.

Hobbes e Clausewitz: a guerra é um ato político

“Além disso, a política conduzida pelo Estado é o ventre em que se desenvolve a guerra e onde sua configuração se oculta, ainda em estado de gestação, como embrião com características gerais.”

(Clausewitz)

É bastante conhecida a idéia hobbesiana de que a condição natural do homem é “uma condição de guerra de todos contra todos”, motivada pela competição, desconfiança e glória. Também é comum o entendimento que isto não significa que o homem esteja sempre em guerra, mas que a “condição natural” é esta, ou seja, que a guerra permanece no horizonte sempre possível das relações humanas.

Vale destacar que, em Hobbes, o racionalismo se transforma em ateísmo e materialismo inflexíveis e, como consequência, repercutirá na concepção marxista da guerra mais adiante.

Mas em quais pontos aproximam-se os pensamentos do filósofo político e do filósofo da guerra?

É possível que o juízo hobbesiano de guerra como “condição natural” e sua conclusão de que era necessário um contrato político para viabilizar a existência da harmonia social possam ter induzido Clausewitz a concluir sobre a necessidade de introduzir um elemento moderador – a política – para controlar a insensatez do curso natural da guerra.

Sim, é possível que o *Leviatã* de Hobbes seja o mesmo de Clausewitz, sendo que ambos se socorrem na política para controlá-lo. Ela é a razão suprema capaz de conter a ascensão ao extremo “do caos social” de Hobbes e a “da guerra absoluta” de Clausewitz, restabelecendo a autoridade que assegure a sobrevivência da coletividade.

Pois, então, é a fé na razão o primeiro elo entre o filósofo político e o filósofo da guerra. Busquemos outro.

Já se enfatizou “a importância capital que Clausewitz atribui ao fator moral e à psicologia do comandante”. Agora, destaca-se a proposição hobbesiana de que o “estado de guerra pode ser inferido a partir das paixões humanas”, acrescentando-se que o autor do *Leviatã* assinala três causas-paixões para a guerra: a competição, a desconfiança e a glória.

Adiante, Hobbes avança com a aplicação do seguinte modelo lógico para explicar a belicosidade do homem: todo comportamento tem por causa uma paixão e toda paixão se explica por uma circunstância que a determina.

Essa relação de causalidade permite a inferência, colhida em Hobbes, de que “a guerra – um comportamento competitivo – é decorrência de uma paixão humana – a esperança – que, por sua vez, é determinada por uma circunstância básica e natural dos homens: a igualdade”.

Isto nos permite, por paralelismo, estabelecer a seguinte proposição, tomando por base Clausewitz: a guerra – que implica necessariamente derramamento de sangue – é decorren-

te da paixão humana – o ódio – que, por sua vez, é determinada por circunstância básica e natural dos homens: violência.

Portanto, salta aos olhos o segundo elo. Surpreendentemente, a despeito do racionalismo de ambos, este elo é subjetivo. Clausewitz denomina forças morais, Hobbes, paixões.

Conclusivamente, são estas duas percepções – o caráter subalterno da guerra e a influência da sensibilidade – as inovadoras e geniais introduções de Clausewitz no estudo racional da guerra, que o aproximam tanto de Hobbes.

Considerações finais

“Honrar um pensador não é elogiá-lo, nem mesmo interpretá-lo, mas discutir sua obra, mantendo-o, dessa forma, vivo e demonstrando, em ato, que ele desafia o tempo e mantém sua relevância.”

(Comelius Castoriadis in *Filosofando: introdução à filosofia*)

Este ensaio foi produzido a partir da percepção de que, embora uma teoria jamais possa levar a um entendimento completo da realidade, ela pode fortalecer e refinar o julgamento.

De mais a mais, observa-se que são poucos os trabalhos nas escolas militares de alto nível que versam sobre Clausewitz, sendo que, ao contrário, são cada vez mais numerosos os estudos e ensaios nos meios acadêmicos civis sobre *Da Guerra*.

Sinteticamente, mercê da brevíssima exposição sobre Espinosa, Hobbes e Kant, pode-se especular que:

1. Espinosa e Hobbes, que interagem conceitualmente em pontos importantes, identificam algo que o primeiro denomina paixão e o segundo, afecção, que sujeitam o comportamento humano a determinados padrões de ação, nos quais poderíamos incluir a guerra. Daí pode-se pressupor a necessidade de Clausewitz incluir uma pauta comportamental na análise da guerra, bem como a percepção da violên-

cia em grande escala (duelo) como elemento sensível da existência dos fenômenos denominados guerra.

2. Hobbes intui que a origem contratual da organização política é uma decorrência da necessidade de controlar a natural condição humana de guerra “de todos contra todos”, estabelecendo um vínculo de subordinação entre os dois fenômenos, embora se esclareça, por respeito à verdade, que o nome guerra expressa realidades distintas para Hobbes e Clausewitz. Daí pode-se pressupor a idéia de subordinação da guerra à política, concepção capital do filósofo prussiano. Este entendimento é muito importante, porquanto estabelece limites morais e jurídicos para a guerra.

3. É Kant, muito provavelmente, quem inspira as concepções subjetivas, características do idealismo alemão, em Clausewitz. Para aquele a experiência fornece a matéria-prima do conhecimento, mas é “o espírito, graças às estruturas *a priori*, que constrói a ordem do universo”. Daí pode-se identificar a mais significativa influência no método empregado e no conteúdo das proposições existentes em *Da Guerra*, pois é evidente que a matéria-prima de Clausewitz é o período napoleônico; o conceito *a priori* é *Ding-an-sich* (coisa em si mesma), que permite a Clausewitz conceituar guerra absoluta e guerra real; bem como o método é claramente hipotético-dedutivo, pois parte de uma premissa maior: a guerra nada mais é que um duelo em grande escala e finaliza, fantásticamente: “Guerra é instrumento, política é faculdade do intelecto. A subordinação do ponto de vista militar ao político é, portanto, a única opção.”

Para finalizar, uma ousadia: quem lê Clausewitz, sem conhecer filosofia, lê um manual básico de instrução militar; quem lê Clausewitz, conhecendo Kant, lê o mais importante e atual livro sobre filosofia da guerra.

Não importa como, mas precisamos ler mais Clausewitz. ☉